



CONJUNTURA

Miopia Social

O Brasil é um caso intrigante na reflexão sobre o combate à pobreza. A desigualdade, a nossa principal chaga, cria condições propícias para o desenho de políticas redistributivas. Esse potencial é exemplificado pela sensibilidade de nossos indicadores sociais baseados em renda frente à implementação de políticas compensatórias. A rápida queda dos índices de pobreza após a aplicação de planos de estabilização, como no caso dos planos Cruzado e Real, constituem exemplos da velocidade atingida via políticas de renda. Entretanto, talvez devido às instabilidades recentes, pouco avançamos nas políticas estruturais, indutoras de reforço do portfólio de ativos dos pobres. O resultado é uma política social cujos efeitos são em larga medida transitórios. O problema das políticas sociais brasileiras não é carência de recursos. Mais de três quartos da população mundial vive em países cujas rendas per capita são inferiores à brasileira. A carga tributária e volume de gastos sociais brasileiros, 33% e 21% do PIB respectivamente, são líderes na América Latina. Entretanto, este esforço fiscal/social deixará poucas marcas nas condições de vida dos pobres. A maior parte das políticas adotadas não mira nos desvalidos; aquelas que miram não acertam o alvo ou, quando acertam, não proporcionam efeitos duradouros em suas vidas. Um exemplo da nossa miopia desfocada está na alocação dos gastos previdenciários: os 10% mais altos benefícios – incluindo INSS e inativos do setor público – se apropriam de 50% da massa de benefícios distribuídos que, por sua vez, consomem 50% do nosso orçamento social consolidado. Ou seja, a elite entre os aposentados e pensionistas abocanha cerca de um quarto dos nossos gastos sociais totais.